

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE
O INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS E A COMUNIDADE
URBANA DO MÉDIO TEJO**

Para a integração de duas estações de referência de aquisição de dados de posicionamento global (GNSS), localizadas em Paialvo e Mouriscas

Motivação

Considerando que,

Os Sistemas de Satélites de Navegação Global (GNSS) estão em evolução constante. Para além do GPS (Global Positioning System), que está plenamente operacional e em fase de modernização, está prevista a breve prazo a operacionalização do Sistema Galileo, sob os auspícios da União Europeia e da Agência Espacial Europeia, de que Portugal é membro.

A quantidade de aplicações e de utilizadores destes sistemas tem conhecido um aumento considerável, sendo de esperar um crescimento cada vez maior. Por imperativos técnicos, é necessário utilizar dois receptores para a obtenção dos melhores resultados. Um dos receptores está localizado num ponto de coordenadas conhecidas, enquanto o outro é posicionado em pontos cujas coordenadas se pretendem determinar.

Uma das formas de otimizar os custos operacionais é a instalação de um conjunto de estações fixas cobrindo o território nacional, cujos dados serão disponibilizados a toda a comunidade de utilizadores através da internet ou de outro tipo de comunicação em tempo real.

Face às múltiplas e diferentes necessidades em matéria de dados GPS, numa primeira fase, parece oportuno harmonizar e homogeneizar os procedimentos e otimizar os meios, de forma a não multiplicar o número de estações financiadas através de fundos públicos em locais próximos, cada um dedicado a uma utilização particular.

Pretende-se assim desenvolver parcerias para o estabelecimento de uma Rede Nacional de Estações GNSS de Observação Contínua, que numa primeira fase serão estações que recolhem dados da constelação GPS, cobrindo as necessidades locais e nacionais.

Por outro lado, o estabelecimento desta rede permitirá às diversas entidades cumprir as disposições legais relativas à obrigatoriedade de geo-referenciar os documentos de planeamento e gestão do território.

Esta iniciativa é suportada pela obrigação estatutária do Instituto Geográfico Português (IGP) de manter e disponibilizar a informação sobre o referencial geodésico nacional;

É celebrado o presente protocolo de cooperação entre o Instituto Geográfico Português (IGP), com sede na Rua Artilharia 1, 107, em Lisboa, representado por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Director-Geral e a Comunidade Urbana do Médio Tejo (CUMT), com sede em Convento de São Francisco, Av. General Bernardo Faria, 2300-585, em Tomar, representada por José Manuel Saldanha Rocha, na qualidade de Presidente da Junta.

O presente protocolo rege-se pelas seguintes cláusulas:

1ª - Objecto

O presente protocolo tem por objecto definir as responsabilidades das duas partes para a integração e gestão das estações de referência GNSS permanentes de Paialvo e Mouriscas, localizadas nessas freguesias, nos edifícios da Sede das Juntas de Freguesia.

2ª - Descrição das Estações

1. Cada uma das estações de referência é constituída por uma antena GNSS – Leica AX1202 GG de dupla frequência para recolha de dados GPS/GLONASS, uma estrutura metálica de suporte à antena, um receptor GNSS de dupla frequência –Leica GX1230 GG, um conversor de comunicação de dados (router) e uma unidade de alimentação autónoma UPS.
2. Os receptores e os routers têm alimentação eléctrica ininterrupta.

3ª - Responsabilidades do IGP

Constitui responsabilidade do IGP a execução das seguintes acções:

1. Realizar operações de controlo periódico de estabilidade da antena através da análise dos resultados dos cálculos semanais ou através de observações geodésicas de controlo;
2. Integrar as estações no sistema geodésico português e na rede nacional de estações permanentes GNSS de observação contínua;
3. Disponibilizar ao público os dados obtidos das estações através de um aplicativo informático no sítio da página do IGP, na internet.
4. Disponibilizar à CUMT e por inerência aos seus Municípios associados, licenças de utilização gratuitas, relativas a informação produzida nas áreas da competência do IGP, em suporte digital, nos formatos vectorial e raster (com exclusão do modelo Digital de Terreno), para uso interno no âmbito das actividades que lhe são específicas.
5. A disponibilização referida no ponto 4., será efectuada mediante solicitação por parte da CUMT, expondo a finalidade de utilização da mesma.

4ª - Responsabilidades da CUMT

Constitui responsabilidade da CUMT a execução das seguintes acções:

1. Operar e fazer a manutenção das estações;
2. Informar o mais rapidamente possível o IGP de quaisquer incidentes e avarias ocorridos com as estações;
3. Garantir as condições necessárias à prestação contínua e ininterrupta do serviço, salvo em casos de avaria ou força maior.

5ª - Propriedade, natureza e utilização dos dados

1. Os dados recolhidos nas estações podem ser utilizados livremente por qualquer utente que se inscreva no serviço RENEPE (Rede Nacional de Estações Permanentes), disponível no sítio do IGP na Internet, ou no serviço correspondente disponibilizado no sítio da CUMT.
2. A transmissão da informação para aplicações RTK (*Real Time Kinematic*) ou DGPS (GPS Diferencial), em tempo real via internet, utiliza o protocolo *standard* NTRIP (*Networked Transport of RTCM via Internet Protocol*).

6ª - Encargos financeiros

Cada uma das partes outorgantes assegura os encargos financeiros das suas contribuições para a parceria, definidas respectivamente nas cláusulas 3 e 4.

7ª - Vigência

O presente protocolo produz efeitos a partir da sua assinatura por um período inicial de dois anos, considerando-se automaticamente renovado por períodos sucessivos de igual duração, salvo se for manifestada por escrito vontade em contrário por parte de qualquer uma das entidades signatárias, com antecedência mínima de dois meses relativamente ao termo do período de vigência.

8ª - Alteração e revisão do Protocolo

1. O Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta nesse sentido formulada por qualquer uma das entidades signatárias.
2. Qualquer modificação do presente Protocolo será objecto de uma adenda.

9ª - Resolução

1. Qualquer uma das entidades signatárias poderá pedir a resolução do Protocolo, caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais das obrigações nele expressa ou dele decorrentes;
2. A resolução financeira do Protocolo será cometida ao responsável pelo incumprimento, com a consequente obrigação de pagamento dos encargos daí resultantes.

10ª- Interpretação

1. Em tudo o que o presente Protocolo for omissivo, aplicar-se-á a lei geral;
2. As dúvidas suscitadas pela aplicação do Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso nas cláusulas 1ª e 2ª.

Este Protocolo merece a concordância das entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Lisboa, 30 de Setembro de 2008

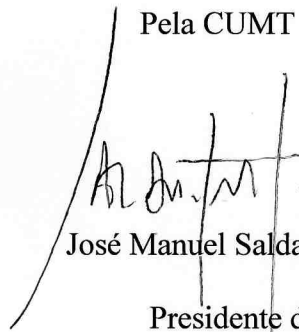
Pelo IGP



Arménio dos Santos Castanheira

Director-Geral

Pela CUMT



José Manuel Saldanha Rocha

Presidente da Junta